

# } 1.3.

## Pressupostos filosóficos e teológicos da Economia no passado e no presente\*

Nuno Ornelas Martins\*\*

### 1. Introdução

A conceção dominante da ciência económica caracteriza-a como o estudo da afetação eficiente de recursos escassos entre usos alternativos. Esta conceção consolidou-se durante o século XX e constitui hoje a definição ensinada aos alunos de Economia. No entanto, a noção fundamental da teoria económica clássica não era a escassez, mas sim o seu oposto, o excedente. Os autores clássicos distinguiram entre dois tipos de bens, os bens necessários e os bens de luxo. Os bens necessários são aqueles que permitem a reprodução da atividade económica e da sociedade mantendo um determinado padrão de vida eticamente aceitável. Os bens de luxo são aqueles que não são necessários

\* Texto preparado para as Jornadas de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, no Porto. O autor agradece os comentários muito importantes ao texto escrito de Leonardo Costa e José Marques, e os comentários igualmente importantes à apresentação oral nas Jornadas de Teologia a todos os seus participantes, em especial a Jorge Cunha e Marciano Vidal.

\*\* Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa e Centro de Estudos de Gestão e Economia.

para a reprodução da atividade económica, nem para a manutenção de um padrão de vida eticamente aceitável.

A existência de bens de luxo era vista pelos autores clássicos como evidência da existência de um excedente, isto é, do facto de a economia produzir mais do que aquilo que é necessário. A economia política, como era então designada a ciência económica, consistia no estudo dos processos de produção, distribuição, acumulação e consumo de bens materiais, sendo que o excedente gerado poderia ser gasto em bens de luxo, levando a economia e a sociedade à estagnação ou mesmo decadência, ou reinvestido no circuito económico, levando à expansão da atividade económica e prosperidade da sociedade. A escassez aplicava-se apenas à terra e aos bens raros.

Atualmente, a escassez é uma noção que se aplica não apenas à terra e aos bens raros, mas a todos os bens produzidos. A adoção da escassez como noção fundamental da teoria económica ocorre quando surge uma conceção subjetivista segundo a qual os seres humanos desejam sempre mais bens. Além desta conceção subjetivista, surge também a matematização da ciência económica durante o século XX, levando à caracterização da economia como a otimização de recursos escassos.

Esta metodologia e teoria, que se tornaram dominantes no tempo em que vivemos, acarretam pressupostos filosóficos e teológicos, ao nível da ontologia e da ética, que serão discutidos no presente texto. Antes de os discutir, é naturalmente necessário compreender melhor a teoria económica que contém tais pressupostos subjacentes, começando pela questão fundamental da teoria do valor.

## **2. O valor objetivo e o excedente**

A teoria do valor sempre foi uma pedra angular das principais escolas de pensamento económico e remonta pelo menos às discussões da escolástica medieval acerca do preço justo. Uma distinção fundamental é entre o valor de uso de um bem, isto é, que benefícios concretos poderemos retirar dele, e o seu valor de troca, isto é, quanto é que ele valerá num mercado relativamente a outros bens. Outra distinção fundamental no estudo da teoria do valor, que se mantém desde a escolástica medieval até ao pensamento económico moderno, é entre aqueles que defendem uma conceção objetiva do valor e aqueles que defendem uma conceção subjetiva do valor.

Esta distinção, entre uma perspetiva objetiva do valor e uma perspetiva subjetiva do valor, aplica-se tanto ao valor de uso como ao valor de troca. No caso do valor de uso, encontramos por exemplo na ética aristotélica uma

conceção objetiva de como um bem influencia o ser humano através do seu impacto em funcionalidades humanas que podem ser avaliadas com algum grau de objetividade ética, como defendem Amartya Sen e Martha Nussbaum na atualidade. Já na ética utilitarista advogada por Jeremy Bentham, o valor de uso depende do prazer subjetivo trazido pelo uso do bem, embora a distinção entre tipos de prazer feita por John Stuart Mill tenha levado a perspectiva do seu tutor, Jeremy Bentham, numa direção mais aristotélica. O debate entre estas duas concepções do valor de uso tem tido lugar essencialmente nas discussões éticas, sobretudo entre aqueles que defendem uma ética aristotélica e apontam na direção de uma noção objetiva do valor de uso e os que defendem uma ética utilitarista e apontam na direção de uma noção subjetiva do valor de uso.

No caso do valor de troca, a concepção objetiva do valor advoga que o valor de troca pode ser medido de modo objetivo através de uma análise do processo de produção. Já a concepção subjetiva do valor defende que o valor de troca depende de preferências individuais que são irredutivelmente subjetivas, e não pode ser objetivamente medido, revelando-se apenas no mercado, onde as preferências subjetivas se manifestam no momento da transação. O debate entre estas duas concepções do valor de troca tem tido lugar essencialmente nas discussões em torno da teoria económica.

Na concepção objetiva, o valor de um bem pode ser objetivamente medido em termos do custo de produção, através do estudo do processo pelo qual o bem é produzido, nomeadamente, analisando o tempo de trabalho e recursos utilizados, ambos mensuráveis. Nesta perspectiva objetiva do valor, a análise económica centra-se pois no estudo do processo produtivo, onde o valor se forma. Na concepção subjetiva, por outro lado, como o valor de um bem depende das preferências subjetivas, a análise económica centra-se no estudo das transações de mercado, onde as preferências subjetivas se manifestam. Na concepção objetiva, o preço de mercado tenderá para o custo de produção, determinado pelo processo produtivo. O preço de mercado está pois subordinado ao custo de produção, em torno do qual gravita. Na concepção subjetiva, o preço de mercado é um dado irredutível e inquestionável, reflexo das preferências subjetivas, que são um dado exógeno ao problema económico.

Joseph Schumpeter<sup>1</sup> atribui ao franciscano João Duns Escoto a primeira formulação consistente da teoria de que os preços tendem para o custo de produção, perspectiva que se tomará pedra angular da teoria económica clássica, teoria em que os preços são definidos em termos do custo de produção em condições normais, que é designado como o preço natural para o qual tende

<sup>1</sup> Schumpeter, J., *History of Economic Analysis*, London and New York: Routledge, 1997 [1954], p. 93.

o preço de mercado. A teoria económica clássica surge na modernidade com autores como William Petty, Richard Cantillon e François Quesnay, e é posteriormente consolidada nos textos de Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx. Petty e Cantillon definem o custo de produção em termos da terra e trabalho necessários para produzir um bem e medem o valor do trabalho em termos da quantidade de terra necessária para sustentar o trabalhador durante o período de produção. É portanto possível medir objetivamente o valor do bem produzido em termos da terra necessária direta e indiretamente para o produzir, e Quesnay argumentará que apenas o trabalho agrícola na terra é verdadeiramente produtivo. Smith argumenta que não é apenas o sector agrícola que é produtivo, mas todos os sectores de uma economia assente na divisão do trabalho, sendo o valor produzido nos vários sectores medido em trabalho humano. Ricardo continuará esta teoria, que será desenvolvida por Marx, que argumentará que, sendo todo o valor produzido (e não apenas medido) pelo trabalho humano, deverá ser o trabalhador a receber todo o fruto desse trabalho.

O problema do valor de troca relaciona-se aqui com o problema do valor de uso. Os autores que adotam uma conceção objetiva do valor de troca tendem a adotar também uma conceção objetiva do valor de uso. Assim, autores como Smith e Marx adotam explicitamente uma conceção aristotélica de felicidade (*eudamonia*), que está implícita na teoria económica de todos os clássicos, onde o bem-estar humano é resultado da existência de harmonia na atividade humana e pode ser obtido com um número finito de bens, que permitem o chamado salário de subsistência. Mas o salário de subsistência não é aquele que permite a mera sobrevivência biológica. É sim o salário que permite usufruir dos meios de subsistência necessários, tendo em conta os hábitos e costumes da sociedade, e permite ter uma vida digna. Tanto o salário como a produção obtida são medidos em termos dos custos objetivos de produção.

O excedente social, o conceito fundamental da teoria clássica, é a diferença entre o que foi produzido e aquilo que dessa produção foi utilizado para pagar salários. O excedente social é repartido entre o lucro pago a quem disponibiliza o capital para o trabalho humano e a renda paga ao proprietário que disponibiliza a terra. A renda resulta da qualidade dos recursos naturais associados a um determinado território, que são considerados escassos. Os autores clássicos, e Ricardo de um modo mais vincado, notam que a generalidade dos bens não são escassos, pois, se houver um aumento da sua procura que leve a um aumento do preço de mercado, a sua produção poderá ser aumentada de modo a que um aumento da oferta compense esse aumento da procura, voltando o preço ao custo de produção. Isto pressupõe que existe sempre algum nível de desemprego na economia, isto é, que há trabalho excedentário disponível para aumentar a produção.

O que é escasso são bens raros como obras de arte e a terra com os seus recursos naturais e vantagens associadas a uma determinada localização, que geram uma renda em função da sua escassez. A escassez surge na teoria clássica como um caso particular, associado aos bens raros e à terra. O conceito fundamental é o excedente, pois a prosperidade ou decadência da sociedade depende do destino que é dado ao excedente (isto é, os lucros e rendas que resultam do trabalho humano). Este último ou é reinvestido em atividades produtivas, ou desperdiçado em consumo de luxo. A utilização e distribuição do excedente é pois a questão fundamental da teoria económica clássica.

### 3. O valor subjetivo e a escassez

A partir da chamada "revolução marginalista" em que foram protagonistas autores como Carl Menger, Stanley Jevons e Léon Walras, há uma inversão dos conceitos fundamentais da teoria económica, passando-se de uma conceção objetiva do valor (de uso e de troca) para uma conceção subjetiva do valor (de uso e de troca). O valor de troca passa a ser visto, não em termos do custo de produção medido em trabalho humano, mas sim em termos da utilidade *marginal* do bem, que é simplesmente a utilidade adicional de ter mais desse bem. Como essa utilidade marginal é resultado de uma preferência irredutivelmente subjetiva, não existe qualquer modo de saber o valor de um bem até ao momento em que este é transacionado no mercado, momento em que a preferência subjetiva se revela.

Com a revolução marginalista, desaparece a noção clássica de preço natural resultante do custo de produção, em torno do qual gravita o preço de mercado. O preço de mercado é um dado irredutível, reflexo da preferência subjetiva que é um dado exógeno à teoria económica. Consequentemente, o mercado passa a ser visto como a instituição fundamental da coordenação económica, dado o seu papel na revelação dos preços, informação crucial para a coordenação da atividade económica. A tónica da análise económica passa a ser colocada na atividade de troca no mercado, e não na atividade produtiva, como acontecia na teoria clássica, onde o valor era encontrado no processo produtivo e não no mercado.

Para os marginalistas, o valor de troca e o valor de uso resultam das mesmas preferências subjetivas. É a escassez do bem que faz a diferença entre o valor de uso e o valor de troca. Um pressuposto fundamental que surge após a revolução marginalista é que o ser humano está permanentemente a tentar maximizar a sua utilidade, que por sua vez depende da quantidade de bens consumidos, que nunca são suficientes para satisfazer preferências subjetivas

que são, por definição, ilimitadas, e por conseguinte nunca satisfeitas com uma quantidade limitada de bens. Nesta conceção, a escassez passa a ser a noção fundamental da teoria económica, e a afetação eficiente de recursos escassos a usos alternativos a questão fundamental da economia, conforme articulado na definição de Lionel Robbins. Quanto maior for a escassez de um bem, maior é o seu valor de troca, independentemente do seu valor de uso.

Schumpeter argumenta que podemos encontrar uma perspetiva subjetiva do valor em autores do pensamento escolástico ibérico tardio. O pensamento escolástico tardio remonta à escola de Salamanca, tal como iniciada pelo dominicano Francisco de Vitória, tendo sido fundamentais também os contributos do jesuíta Luís de Molina, que dividiu o seu tempo entre as universidades de Coimbra, Évora e Madrid, e do também jesuíta Francisco Suárez, que acabou por dividir o seu tempo entre Salamanca e Coimbra. Estes contributos da escola de Salamanca, continuados pelos conimbricenses e enquadrados na fase final do período escolástico ibérico, são críticos da teoria de que o preço tende para o custo de produção defendida por João Duns Escoto, autor que se enquadra numa fase anterior do pensamento escolástico. Para os autores da fase mais tardia da escolástica ibérica, o preço, que resulta de um valor irreduzivelmente subjetivo, é simplesmente aquele que é estabelecido em qualquer mercado competitivo, como defenderá mais tarde a perspetiva marginalista.

Esta crítica demonstra que a mudança de paradigma acerca da teoria do valor, que se dá no pensamento económico moderno na década de 1870 com a revolução marginalista, já se tinha dado de certo modo dentro da escolástica medieval. A questão do valor tinha já sido tratada por Aristóteles na quinta secção do livro cinco da sua *Ética a Nicómaco*, onde o autor se refere tanto ao custo de produção medido em termos de trabalho, como à utilidade de um bem. Mas a distinção entre preço como custo de produção e preço como resultado da manifestação de preferências subjetivas aparece de modo mais claro apenas no pensamento escolástico medieval e será, posteriormente, fundamental para a distinção entre a teoria económica clássica e a teoria económica marginalista.

A justificação da distribuição do rendimento assume formas diferentes nestas teorias. Na teoria económica marginalista, cada fator de produção é remunerado de acordo com a sua produtividade marginal, isto é, a sua contribuição adicional para a produção. No entanto, não existe forma de separar o contributo de cada fator, como ficou demonstrado na célebre controvérsia de Cambridge sobre a teoria do capital<sup>2</sup>. Na teoria clássica, o salário encon-

<sup>2</sup> Martins, N. (2011), "Valor e distribuição nos modelos clássicos e neoclássicos", in Castro, E., Haddad, E. e Ramos, P. (eds.), *Modelos Operacionais de Economia Regional*, Lisboa: Principia, pp. 517-546.

tra a sua justificação no trabalho produtivo efetuado, mesmo quando é difícil quantificar a sua contribuição. Mas a justificação do juro torna-se mais difícil, pois como Aristóteles dizia dinheiro não produz dinheiro apenas pelo simples passar do tempo. São Boaventura deixou claro que ninguém é dono do tempo, e portanto não se pode receber juro pelo simples passar do tempo, sem ter contribuído para o trabalho produtivo. Marx desenvolve a teoria clássica até às últimas consequências, argumentando que, se todo o valor é produzido pelo trabalho, então apenas o trabalho deve ser remunerado.

A justificação para o juro que surge é o risco envolvido no empréstimo. Não deixa no entanto de ser curioso que, quando o risco se materializa, como na crise recente, toda a política económica é no sentido de preservar o pagamento dos juros, reduzindo os salários. Mas, se o juro é a remuneração dos riscos que estavam a ser incorridos, e o salário a remuneração de um trabalho que continua a ser efetuado, a política económica deveria ter reduzido os juros e não os salários. Todavia, num contexto em que a teoria clássica deu lugar a uma teoria subjetiva do valor, em que o valor apenas se revela no mercado, os mercados não devem ser perturbados, incluindo os chamados "mercados" financeiros.

É preciso notar, no entanto, que aquilo que na atualidade se designa de "mercado" está muito distante dos mercados medievais estudados na escolástica e constitui aliás uma realidade muito diferente: o capitalismo. Enquanto no mercado temos agentes produtivos de pequena dimensão que entram em relações de troca em condições de relativa igualdade concorrencial, no capitalismo o processo é conduzido por quem acumula grandes quantidades de capital, tentando rentabilizar esse capital sem ter qualquer ligação ao processo produtivo, no qual nem participa em qualquer qualidade, sendo um proprietário ausente que no mesmo dia pode comprar e vender títulos de propriedade e de dívida em diversos negócios. Como Fernand Braudel explicou convincentemente, é preciso distinguir o mercado onde estão muitos agentes que participam na vida material da produção do capitalismo controlado por poucos proprietários que pouco percebem do que se passa na vida material da produção.

A distinção entre mercado e capitalismo, juntamente com a distinção entre valor objetivo e subjetivo, ajudam a compreender a atitude de cada escola de pensamento face ao modo de organização da economia. Se o valor é uma realidade irreduzivelmente subjetiva, e existem mercados, o mercado será a melhor forma de permitir a manifestação do valor, de modo a permitir a coordenação da atividade económica. Se o valor pode ser encontrado de modo objetivo no processo produtivo, é possível ter conhecimento dos preços de modo a planificar a atividade económica mesmo fora do contexto de um

mercado onde os preços se revelam, podendo chegar-se a um capitalismo ou a um socialismo em que alguns agentes controlam o mundo económico através do planeamento económico.

Na análise clássica, como o preço de mercado tendia para o custo de produção, este último era então a verdadeira causa do valor, sendo o preço de mercado apenas a manifestação superficial desta causa mais profunda. Por este motivo, Marx, que seguia a análise clássica, nunca pensou que o mercado fosse uma instituição fundamental para encontrar o valor e assim permitir a coordenação da atividade económica, dado que o valor pode ser objetivamente encontrado no processo produtivo como, Marx argumenta, fazem as grandes empresas do capitalismo, especialmente as sociedades anónimas com capital social distribuído por ações. Para Marx, havia apenas que tomar esse planeamento um planeamento que servisse todos, e não apenas alguns.

#### **4. Teologia da Encarnação e Teologia da Expição**

A conceção objetiva do valor de troca e a conceção subjetiva do valor de troca têm pressupostos diferentes ao nível da conceção do valor de uso, que por sua vez depende da teoria ética. A conceção clássica adota uma perspectiva aristotélica, em que a felicidade humana, e o salário que a permite através do uso dos bens, dependem dos hábitos e costumes socialmente formados, algo presente de modo mais explícito em Smith e Marx. A crítica do luxo excessivo no uso dos bens, que não traria felicidade, está também presente nesta conceção. A noção de preço natural desempenha também um papel remanescente da conceção teológica medieval de preço justo.

Na conceção marginalista, é abandonada a conceção aristotélica de felicidade, dando lugar a uma conceção utilitarista, em que a felicidade resulta da utilidade subjetiva trazida pelo uso de um bem e em que esta utilidade é uma função monotónica da quantidade de bens. Isto não ocorre com todos os autores marginalistas logo no fim do século XIX, mas é a tendência que se torna dominante no decorrer do século XX e que o é ainda hoje. Na conceção utilitarista, quanto mais bens, mais felicidade. A referida conceção está certamente mais próxima do utilitarismo de Jeremy Bentham do que do utilitarismo de John Stuart Mill, sendo que, em rigor, nenhum dos dois autores foi tão longe como os seus sucessores contemporâneos. Conforme explicado acima, a ideia de que a economia é caracterizada pela escassez, e não pelo excedente, decorre desta conceção da felicidade humana. Se, do ponto de vista material, o ser humano quer o infinito, então o mundo finito de que dispõe é naturalmente escasso.

Esta concepção, que se consolidou mais recentemente, remonta pelo menos à Inglaterra vitoriana, e a autores que, embora sejam muitas vezes (erradamente) designados como clássicos, eram na realidade precursores desta nova concepção agora dominante. Autores como Thomas Robert Malthus, Nassau William Senior e John Elliot Cairnes centravam-se já no mercado e não no processo produtivo, vendo o valor (e o próprio custo de produção) em termos subjetivos. Senior fundamenta mesmo a sua análise no estudo das implicações que decorrem de determinados postulados, sendo o primeiro desses postulados o de que o ser humano “deseja” obter mais riqueza com o mínimo de “sacrifício”. Mas “desejo” e “sacrifício” são já noções subjetivas, que estruturam cada vez mais a teoria económica. E Malthus tinha já argumentado que o crescimento populacional é superior ao crescimento da produção de alimentos, condenando o mundo à escassez e à pobreza.

Marx critica Malthus, Senior e Cairnes, que considera economistas “vulgares”, atentos à superficialidade do mercado e incapazes de ver as estruturas profundas do capitalismo ao nível do processo produtivo, como os clássicos Petty, Quesnay, Smith e Ricardo viram. Para Marx, a análise clássica permite perceber que o excedente social é concentrado em alguns capitalistas. A pobreza é resultado, não da escassez universal malthusiana, mas da desigual distribuição do excedente. Mas a revolução marginalista leva ao abandono da teoria clássica, que tem em Marx o seu último grande autor, e traz definitivamente a noção de escassez, o conceito fundamental que substitui o excedente na análise económica.

Simon Cook argumenta que, na Inglaterra vitoriana, a perspetiva teológica dominante, associada ao protestantismo evangélico, consiste no que ele designa por uma Teologia da Expição, que pode ser contrastada com o que designa por uma Teologia da Encarnação<sup>3</sup>. Enquanto numa Teologia da Expição a pobreza e a escassez podem ser interpretadas como um Mal resultante da Culpa humana, e que deverá ser expiado através do sacrifício, numa Teologia da Encarnação a ênfase não é na expiação do Mal, mas na realização do Bem no mundo terreno. Segundo Cook, Alfred Marshall, outro grande autor associado à revolução marginalista, recebeu em Cambridge a influência da Teologia da Encarnação de F. D. Maurice. Marshall, ao contrário dos outros marginalistas, procurou manter a ênfase clássica na noção de excedente social, reformulada na teoria marshalliana (designada por Thorstein Veblen como “neoclássica”) na distinção entre excedente do produtor e excedente do consumidor.

<sup>3</sup> Cook, S. (2009), *The Intellectual Foundations of Alfred Marshall's Economic Science: A rounded globe of knowledge*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 215-219.

Uma teoria económica centrada na distribuição do excedente tem naturalmente implicações políticas, éticas, filosóficas e teológicas muito diferentes de uma teoria económica centrada na inevitabilidade da escassez e do sacrifício, temas ainda centrais na realidade contemporânea. Marx, baseado na concepção objetiva do valor, procurou uma distribuição diferente do excedente, que permitisse a realização do que ele via como o Bem. Bertrand Russell argumenta que existem analogias significativas entre a perspetiva marxista e a perspetiva agostiniana, considerando Marx o Messias do proletariado, proletariado este que constitui o povo eleito para, através de uma Igreja chamada Partido Comunista, chegar à terra prometida do Comunismo<sup>4</sup>.

Cook refere interpretações de Marx como uma continuação de um pensamento religioso racionalista que estava já presente em Hegel, que por sua vez pode ser visto como parte da tradição joaquimita, onde estava presente a ideia de uma progressão histórica no mundo em que o Bem se realiza no mundo<sup>5</sup>. Esta perspetiva surge no pensamento cristão desde Santo Agostinho a S. Boaventura. S. Boaventura distingue os "tempos das três leis, a da natureza, a da Escritura e a da graça – que se sucedem uns aos outros, e foram decorrendo com a máxima ordem"<sup>6</sup>. A realização do Bem no mundo é uma ideia estruturante do pensamento cristão, embora muitas vezes esta realização do Ser-no-mundo (para usar propositadamente a expressão heideggeriana) seja substituída pela dicotomia entre o Bem e o Mal, colocando-se a ênfase na expiação do Mal.

A Teologia da Expição, ao colocar a ênfase na dicotomia entre o Bem e o Mal, adota um dualismo que emerge por diversas vezes no pensamento filosófico, e muitas vezes adotado dentro de um contexto cristão ao qual é alheio. Cook argumenta que a advocacia da Teologia da Encarnação na Inglaterra vitoriana está relacionada com o movimento anglicano da "Broad Church" e remonta à influência em Cambridge de Samuel Taylor Coleridge<sup>7</sup>. Entre os católicos, esta ideia surge de modo particularmente vincado em João Duns Escoto, levando-o a defender o dogma da Imaculada Conceição, que prespõe a possibilidade de uma vida terrena sem Pecado, sem Mal. A concepção escotista leva aliás ao chamado Primado de Cristo, segundo o qual a Encarnação não está subordinada à Redenção.

<sup>4</sup> Russell, B. (1996 [1946]), *A History of Western Philosophy*, Simon and Schuster: New York, p. 338.

<sup>5</sup> Cook, *op. cit.*, p. 218, n. 80.

<sup>6</sup> S. Boaventura (2009 [1259]), *Itinerário da Mente para Deus*, Porto: Centro de Estudos Franciscanos, p. 109.

<sup>7</sup> Martins, N. (2013), *The Cambridge Revival of Political Economy*, London and New York: Routledge, pp. 333-335.

A dicotomia entre Bem e Mal é tão antiga como a dicotomia entre Sagrado e Profano, ou seja, existe desde que a humanidade é humanidade e constitui uma herança pagã sempre presente, que por vezes se associa a outros dualismos na Filosofia ocidental como o mundo sensível e mundo inteligível de certas interpretações de Platão, o númeno e fenómeno de Kant, e por aí adiante<sup>8</sup>. O facto de a Filosofia ocidental se ter estruturado em torno de outra dicotomia, esta entre sujeito e objeto, não ajuda o estudo ontológico do Ser, aliando-se aliás por vezes à dicotomia Bem/Mal no contexto do chamado "gnosticismo", onde o conhecimento obtido pelo sujeito é a via para a expiação do Mal característico deste mundo, mundo este onde poderemos estar sempre a ser enganados por um demónio cartesiano que nos impede de chegar ao conhecimento, que é a garantia cartesiana da nossa existência.

A fuga do mundo, visto agora como um mundo caracterizado por escassez e por pobreza, é o abandono do projeto de transformação do mundo, para o qual Marx tinha recrutado a teoria económica clássica. Foi essa associação entre Marx e os clássicos que se tornou fatal para o destino académico da teoria clássica, por ter ficado associada a Marx no mundo ocidental, levando ao abandono de todos os elementos da teoria clássica que pudessem sustentar a perspetiva marxista de transformação do mundo, como a noção de que o valor vem do trabalho humano, ou de que uma repartição equitativa do excedente é essencial para o equilíbrio económico-social. Esses elementos foram remetidos para as cadeiras de História do Pensamento Económico nos currículos universitários, como uma mera curiosidade histórica, não como uma teoria válida cientificamente. Por esse motivo, poderíamos falar em "reação marginalista" para a mudança que se deu no pensamento económico, em vez de "revolução marginalista", dado que a escolha de uma ou outra designação resulta de qual o lado que se tomou nesta disputa entre as teorias objetivas do valor e as teorias subjetivas do valor, cada uma com implicações políticas, éticas, filosóficas e teológicas<sup>9</sup>.

## 5. Cientismo e atomismo

A procura do conhecimento científico e a sua correspondente ênfase na técnica trouxeram também desenvolvimentos importantes à teoria económica no século XX, que nos trazem aliás à atual essência desta teoria. O sucesso do

<sup>8</sup> Martins, N. (2009), "A ética kantiana e o espírito do cristianismo", *Humanística e Teologia*, 30(1), pp. 149-201.

<sup>9</sup> Martins, N. (2015), "Marx e o determinismo: Observações acerca de um comentário de Sampaio Bruno" in *Catolicismo, Tradição e Progresso na Segunda Metade de Oitocentos (1850/1910)*, Lisboa: IN-CM.

uso da matemática em ciências naturais como a Física durante o século XX contribuiu para o avanço de uma concepção de ciência segundo a qual apenas é científico o que for expresso em linguagem matemática. Esta ideia desenvolveu-se em articulação com a teoria marginalista, e aliás ajudou a expressar a utilidade marginal e o custo marginal através do cálculo diferencial.

No entanto, como Tony Lawson explica, os sucessos do uso da matemática nas ciências naturais dão-se quando são construídos sistemas fechados no contexto de experiências laboratoriais que permitem observar regularidades exatas e mensuráveis, ou quando essas regularidades existem mesmo sem serem criadas, como em alguns aspetos da mecânica celeste<sup>10</sup>. A realidade económico-social, no entanto, é uma realidade relacional, como Lawson explica. E numa realidade relacional não encontraremos regularidades exatas numa parte da realidade que está sempre em relação com o todo e é portanto um sistema aberto, onde não existem regularidades exatas para medir de modo exato.

A aplicação de métodos matemático-dedutivistas que requerem sistemas fechados pressupõe, como Lawson explica, uma ontologia atomista. Pois apenas num mundo caracterizado por átomos, entendidos como entidades independentes, poderemos estudar uma parte da realidade como se estivesse isolada das restantes partes da realidade. A aplicação de metodologias que pressupõem sistemas fechados a uma realidade que é um sistema aberto é pois um erro metodológico, que tenta reduzir uma ciência social e humana como a Economia a uma mera técnica matemática.

Leonardo Coimbra distingue três fases no modo de o ser humano lidar com a matéria. A primeira fase é o mundo antigo, onde: "A vida terrena é um desterro"<sup>11</sup>. A matéria é algo de negativo, a ser evitado em favor de uma vida mais espiritual. É esta a tendência gnóstica, que procura libertar-se da matéria pelo conhecimento, através de uma ascese, tendência que subjaz também à Teologia da Expição e do sacrifício. A segunda fase é o mundo cristão medieval, onde: "Em vez da fuga, combate-se no sítio e no momento; em vez da abdição, inserção na matéria e na sensibilidade das intenções transcendentais do espírito"<sup>12</sup>. A terceira fase é o mundo moderno, onde: "A ciência exclusivista dará um cientismo em que tudo é descoberto pela ciência – tudo é matéria, energia ou arranjos destas; tudo é determinismo"<sup>13</sup>.

A teoria económica atual consiste no culminar desta terceira fase, reduzindo todo o estudo da realidade a uma matemática dedutivista, que pressupõe

<sup>10</sup> Lawson, T. (2003), *Reorienting Economics*, London: Routledge.

<sup>11</sup> Coimbra, L. (2012 [1935]), *Obras Completas, Vol. VII*, Lisboa: IN-CM, p. 138.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 139.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 140.

um determinismo de sistemas fechados. A teoria económica atualmente dominante, que negligencia a ontologia, nada tem a oferecer no estudo e resolução dos problemas atuais<sup>14</sup>. Como escrevia Leonardo Coimbra, "Que admira que encontremos o nada no fim de uma doutrina que suprimiu o ser?"<sup>15</sup>. De facto, o estudo da ontologia social será o caminho mais promissor para a construção de uma teoria económica mais relevante, conforme defendido por Lawson<sup>16</sup>.

Lawson explica que o contexto académico norte-americano do tempo da Guerra Fria favoreceu a tendência para reduzir a Economia a uma mera técnica matemática, especialmente num contexto em que o modo como Marx desenvolveu a teoria clássica do excedente e do valor-trabalho era identificada com o bloco soviético<sup>17</sup>. Uma teoria que defendia que a Economia era uma mera técnica de otimização de recursos escassos era politicamente inofensiva para o mundo ocidental, por oposição a uma teoria que advogava uma melhor repartição do excedente e estava a ser utilizada para justificar o projeto político comunista.

A adoção de uma técnica divorciada da realidade de análise levou a uma teoria económica sem capacidade de analisar os problemas da realidade atual. Muitos dos problemas contemporâneos, por exemplo na crise atual, resultam de uma má distribuição do excedente. O excedente, isto é, as rendas, os juros e os lucros não são gastos tão prontamente como os salários. Portanto, só voltam a reentrar no circuito económico através do sistema financeiro, que estimula a procura agregada através de crédito ao consumo e ao investimento. É por isso que a emergência de uma crise financeira, atingindo o mecanismo que tentava contornar a má distribuição do excedente, tornou-se rapidamente uma crise económica<sup>18</sup>.

A desigualdade na distribuição do excedente dá-se não só socialmente como também geograficamente, pois a repartição dos excedentes obtidos nas trocas comerciais entre várias zonas geográficas é que leva a que umas sejam mais afetadas pela crise do que outras<sup>19</sup>. Mas uma teoria económica que adotou o conceito de escassez como conceito fundamental não possui os meios de estudar uma melhor distribuição (social ou geográfica) do excedente, pois

<sup>14</sup> Martins, N. (2009), "Ética, economia e sustentabilidade", *Prima Facie – Revista de Ética*, 3(1), pp. 7-30.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 123.

<sup>16</sup> *Ibidem*.

<sup>17</sup> *Ibidem*, pp. 274-277.

<sup>18</sup> Martins, N. (2011), "Globalisation, inequality and the economic crisis", *New Political Economy*, 16(1), pp. 1-18.

<sup>19</sup> Martins, N. (2011), "Desigualdade, democracia e crise", in Reis, J. e Rodrigues, J. (eds.), *Portugal e a Europa em Crise*, Lisboa: Actual, pp. 180-186.

este é um conceito que já não lhe é central. Resta apregoar com modelos pseudomatemáticos a inevitabilidade da escassez e da austeridade, e a inevitabilidade dos sacrifícios expiatórios do pecado de supostamente ter vivido acima das suas possibilidades. Possibilidades essas que nunca foram definidas nem clarificadas, dado que pressupõem a definição do excedente a distribuir.

## 6. A reconstrução da teoria e política económica e social

A teoria marxista do excedente, alicerçada nos clássicos, fornecia um diagnóstico mais plausível dos problemas atuais do que a teoria marginalista da escassez que se tornou dominante. Mas o facto de fornecer um diagnóstico mais plausível não significa que tivesse fornecido também uma solução adequada para os problemas que diagnosticou. E aqui voltamos à questão fundamental do *valor*, e à sua articulação com a questão do *ser*. Conforme Leonardo Coimbra explica, "Marx fragmenta o valor em valor de *uso* e valor de *troca* por uma abstração, e depois *mede* (?) o valor de troca por o preço de mercado"<sup>20</sup>. Esta divisão fundamental entre valor de uso e valor de troca é de facto, conforme explicado acima, essencial a toda a teoria económica e à sua explicação do processo económico. Mas, ao pensar numa nova sociedade, como muitos seguidores de Marx procuraram fazer, torna-se necessário pensar em noções que não se limitem àquelas inspiradas na sociedade anterior, como Marx lembrou várias vezes. Leonardo Coimbra escreve:

"Marx tem lá uma ideia (sempre ideia), a dum *valor inerente*, o da sociedade ideal perfeita e justa, e um *valor de troca* na sociedade de hoje – a diferença é que seria a *mais-valia*. A *mais-valia* é, pois, uma entidade hipotética, função duma sociedade ideal."<sup>21</sup>

Mas, ao procurar usar esta análise de Marx para explicar o que seria a sociedade ideal do futuro, corremos o risco de cair noutra cientismo, noutra tentativa de quantificar uma realidade social como se estivéssemos num sistema fechado. Muitos economistas que tentaram seguir Marx basearam-se nesta ideia, e por isso Leonardo Coimbra escreve que "o postulado fundamental da economia marxista" é "a redução de toda a fonte de riqueza, de todos os valores económicos, ao trabalho quantificável"<sup>22</sup>. De facto, o próprio Marx

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 338.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 339.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 339.

tinha já tentado usar o trabalho quantificável para a sua crítica do capitalismo. Daí Leonardo Coimbra dizer: "O que Marx quer é *justificar* com maquinaria cientista a sua revolta contra a injustiça da opressão proletária"<sup>23</sup>.

Mas, embora Marx tenha certamente utilizado essa maquinaria científica para criticar o capitalismo, ele não defendeu o seu uso na sociedade comunista, onde os recursos deveriam ser dados de cada um de acordo com a sua possibilidade, a cada um de acordo com a sua necessidade. Também Leonardo Coimbra discorda que a quantificação do trabalho fosse a solução, pois escreve: "A solução é outra, não está na paga de um trabalho, medido com exatidão"<sup>24</sup>. Acerca dessa solução para a teoria do valor, Leonardo Coimbra escreve: "A solução está em considerar toda a fonte de *valor* como um *serviço social*, dando a cada um o direito à vida e, a todos, a obrigação de bem servirem os outros em espírito de justiça e caridade"<sup>25</sup>.

A perspetiva de Leonardo Coimbra pode ser compreendida mais facilmente se a compararmos com a perspetiva dos bolchevistas (eles próprios seguindo uma interpretação muito particular de Marx e que tem mais de Leninismo do que de Marxismo), perspetiva esta que Leonardo Coimbra critica do seguinte modo:

"O fim, para eles, justifica *sempre* os meios. E não pode deixar de ser, desde que o Fim é um Absoluto a construir num corpo histórico, que nenhuma relação tem com esse Absoluto.

Se o Absoluto é uma Vida, como no cristianismo, não se pode caminhar para o fim por qualquer caminho – e pois que, sendo uma Vida e a Verdade dessa Vida, ela terá de ser também o Caminho.

Só a vida crescente e transfigurante pode conduzir à Vida-Fonte.

Mas, se o Fim é uma instituição a realizar – uma como que *cousa* a colocar num certo lugar –, todos os caminhos que levam ao lugar o portador da coisa serão legítimos e bons para que essa coisa apareça naquele lugar."<sup>26</sup>

A mudança a operar deve pois situar-se num plano mais abrangente, que abarque a teoria económica sem a tratar de modo separado. É não apenas a distinção entre valor de uso e valor de troca que seria repensada, mas também a outra distinção fundamental que estrutura a teoria económica, a distinção entre o valor objetivo e o subjetivo. A distinção entre o subjetivo e o objetivo,

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 340.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 340.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 340.

<sup>26</sup> *Ibidem*, pp. 349-350

entre o sujeito e o objeto, estrutura toda a Filosofia Moderna. Mas Leonardo Coimbra nota que a sua perspectiva criacionista, “em virtude do seu carácter racional, abrange todo o coordenável, não precisando nem admitindo artifícios para introduzir a realidade, não cindindo essa realidade num objectivo e num subjectivo dados e, por isso, mutuamente misteriosos”<sup>27</sup>.

Estamos aqui já fora das coordenadas do pensamento económico convencional, dentro do quadro do pensamento criacionista leonardino, que há mais de cem anos no Porto já apontava a ontologia como o horizonte a atingir, tal como Lawson fez mais recentemente na Universidade de Cambridge, através da criação do Cambridge Social Ontology Group, recuperando uma velha tradição nesta Universidade.

Manter uma escola de pensamento numa Universidade é difícil nos dias que correm, pois até a avaliação do conhecimento nas Universidades se faz já por critérios meramente técnicos e quantitativos, resultado do cientismo dominante, deixando pouco espaço para que se criem escolas com vida própria. Neste sentido, é de saudar a continuidade e vitalidade das Jornadas de Teologia da Universidade Católica no Porto, que continuam a constituir um espaço de pensamento próprio e original que não sucumbiu ao cientismo académico atualmente dominante.

## 7. Conclusão

O pressuposto ontológico fundamental subjacente à teoria económica contemporânea é o atomismo. O uso de métodos matemático-dedutivistas que pressupõem sistemas fechados fora do contexto onde foram bem-sucedidos (o sistema fechado laboratorial ou a astronomia) pressupõe que estamos a tratar uma parte da realidade como se fosse independente, isto é, como se se tratasse de átomos (que por definição serão independentes). Caso contrário, não há razão para crer na existência das regularidades exatas pressupostas nos métodos matemático-dedutivistas usados na Economia contemporânea. E se as referidas regularidades não existem, uma narrativa auxiliada por uma aritmética ou contabilidade elementar será uma ferramenta mais apropriada para descrever a realidade socioeconómica do que o cálculo diferencial ou outras técnicas importadas da Física e dos seus sistemas fechados (celestes ou laboratoriais).

O atomismo é uma ontologia que também contém pressupostos teológicos. Num mundo feito de átomos e vazio, Deus não existe. Numa concepção atomista poderemos admitir que porventura sempre houve, e sempre haverá,

<sup>27</sup> Coimbra, L. (2004 [1912]), *Obras Completas, Vol. I (Tomo II)*, Lisboa: IN-CM, p. 17.

átomos a interagir no vazio. Nada mais. Por isso um filósofo ateu como Bertrand Russell era também um admirador do atomismo. Já o seu mentor Alfred North Whitehead convenceu-se de que havia um Deus quando viu, na física quântica, as formas de Platão, e não os átomos de Demócrito. Os pressupostos ontológicos que associamos à ciência têm implicações para as atitudes religiosas, e o facto de a ciência contemporânea ser muitas vezes interpretada em termos de uma ontologia atomista tem também as suas implicações.

Naturalmente, não podemos provar se o atomismo está correto ou errado. Podemos elencar todos os problemas (e são muitos) associados ao atomismo (por exemplo, perguntar como é que os átomos interagem). E podemos estudar o seu sucesso como hipótese de trabalho numa determinada ciência. Na Economia, não parecem existir indícios de se tratar de uma *crença* realista, pois trata-se de uma crença, tal como o ateísmo que dele resulta.

Para que o uso de métodos matemático-dedutivistas leve a realidades exatas fora do contexto de uma experiência laboratorial, como é pressuposto na teoria económica contemporânea, temos também de pressupor um determinismo. De facto, átomos passivos no vazio obedecem a leis externas e deterministas. Mesmo quando as constantes matemáticas são transferidas para funções probabilísticas, é preciso lembrar que uma probabilidade calculada *a priori* estará numa lógica necessitarista, como Keynes lembrou no seu *Treatise on Probability*. E só num sistema fechado teríamos uma distribuição de frequências relativas estacionária ou ergódica, que permitiria a obtenção de uma distribuição de probabilidade matematicamente determinada. E este determinismo, associado à ideia de que a escassez é uma inevitabilidade, faz com que a ciência económica se limite a sancionar sacrifícios face a uma escassez que considera inevitável, escassez que resulta de pressupor que os seres humanos desejam consumir uma quantidade infinita de bens materiais.

O ser humano deseja de facto o Infinito. Mas o erro é pressupor-se que esse Infinito deve ser procurado na matéria finita, que aliás nunca poderia satisfazer esse desejo. E para compreender esse desejo humano do Infinito, que transcende a finitude da matéria, a Economia deve voltar-se para a Teologia, em vez de tentar quantificar o Infinito usando métodos que pressupõem sistemas fechados. Deverá fazê-lo, naturalmente, numa conceção plural daquilo que podem ser as várias crenças acerca de Deus, incluindo crenças como o ateísmo e o agnosticismo.

O ateísmo é a crença de que não existe Deus, e é portanto uma crença ontológica, porque se relaciona com a existência. O agnosticismo é a crença de que não podemos ter conhecimento de Deus, e é portanto uma crença epistemológica, porque se relaciona com o conhecimento, embora em última análise seja uma questão ontológica também, porque o conhecimento é parte da

realidade. Todos, mesmo os que se dizem ateus ou agnósticos, temos crenças e pressupostos, pois todo o raciocínio necessita de postulados. A questão é se temos ou não consciência dessas crenças e pressupostos, e se os queremos explicitar e discutir. É sempre mais confortável manter as crenças existentes, principalmente quando se trata das crenças dominantes.

Aqueles que se dizem agnósticos em relação às questões ontológicas, epistemológicas e éticas relacionadas com a Economia (tal como aqueles que se dizem agnósticos em relação à Religião) estão muitas vezes a tentar escapar a um debate incómodo, mas necessário. A Economia está a precisar de rever as suas crenças e pressupostos. A Ontologia é a base para esse trabalho transdisciplinar de revisão e reconstrução, que deverá congrega economistas e teólogos, entre muitos outros.